PNRH – Estratégia de Implementação e Monitoramento das Prioridades 2016-2020

Tabela 23 – Marcos e Prazos da Meta 22

|  |  |
| --- | --- |
| **Meta 22: Revisar a Resolução CNRH nº 16/2001, que estabelece os procedimentos e critérios gerais de outorga** | |
| **Marco** | **Previsão** |
| Nenhuma ação executada | Dez/16 |
| Discussão iniciada na CTPOAR | Nov/17 |
| Proposta de resolução aprovada pela CTPOAR e encaminhada para a CTIL | Nov/18 |
| Proposta de resolução aprovada pela CTIL | Fev/19 |
| Proposta de Resolução aprovada pelo CNRH | Mar/19 |

Justificativas para mudanças nas Metas 22 e 24 da **Prioridade 6**

Não há mudanças em relação à estratégia proposta (realização de oficina de trabalho e primeira minuta de Resolução a ser elaborada pela ANA), já aceita pela CTPOAR. Porém, a mesma câmara técnica considera o prazo final para a meta exíguo, considerando a diversidade e complexidade dos temas relativos à outorga, integrantes da Resolução CNRH n° 16/2001.

Além da revisão de todo o procedimento de análise e emissão de outorgas, bem como todo o conteúdo técnico associado, diversas temas já existentes e outros novos serão objeto de discussão, frente ao avanço do instrumento outorga no país.

A seguir são explicitados alguns temas já existentes e outros que serão incorporados à revisão da Resolução 12/2001.

* O tema “usos que independem de outorga” poderá ser complementado com a nova Resolução CNRH 184/2016;
* O tema “emissão de outorga” poderá ter que se adequar à nova resolução, ora em discussão na CTPOAR, que versa sobre definição de prioridades para outorga nos planos de recursos hídricos;
* O tema “cadastro dos usuários de recursos hídricos” deverá ser discutido levando-se em consideração as novas tecnologias para identificação dos usuários, como já consta na Resolução 184/2016;
* As recentes crises hídricas ocorrentes no país poderão ensejar novas diretrizes para emissão de outorgas;
* A suspensão das outorgas, prevista para diversas situações, deverá observar a experiência das recentes crises hídricas no país;
* O tema “gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas”, ora em discussão no âmbito das câmaras CTPOAR e CTAS, poderá ter inserções na resolução de diretrizes gerais de outorga;
* Outros novos temas, como outorga sazonal, outorga coletiva, outorga em áreas estuarinas, etc., deverão ser discutidos no âmbito da revisão da Resolução 16/2001.

Quanto à Meta 24 (diretrizes para outorga coletiva), deverá sofrer as mesmas alterações da Meta 22, uma vez que será realizada concomitantemente a esta.